

SET 2025

INSIGHTS

Incêndios florestais na Europa: o caso espanhol

ELABORADO POR
Eduardo Moyano Estrada

TRADUZIDO POR
Filipe Prado Macedo da Silva





Incêndios florestais na Europa: o caso espanhol¹

Eduardo Moyano Estrada*

As florestas espanholas arderam no mês de agosto. Em duas semanas, a área queimada ultrapassou 400 mil hectares – número que, provavelmente, continuará crescendo nos próximos dias, alcançando níveis jamais registrados no país.

É estarrecedor ver campos e casas consumidos pelas chamas, e doloroso testemunhar a raiva e a impotência dos moradores diante de um drama sem precedentes, que já tirou a vida de quatro pessoas.

Nem a **UME** (Unidade Militar de Emergências), nem as brigadas do **MITECO** (Ministério para a Transição Ecológica e o Desafio Demográfico), tampouco os serviços de combate das Comunidades Autônomas conseguem conter o avanço incontrolável do fogo. Isso apesar do esforço incansável, da dedicação sem limites e até mesmo do apoio de outros países da União Europeia.

Trata-se de um fenômeno natural de força inédita, com incêndios que se retroalimentam e atingem alturas inimagináveis, distinguindo o que especialistas rotulam como “**incêndios de sexta geração**”.

Vários especialistas já se manifestaram sobre o tema, com diagnósticos consistentes e, logo, com sugestões de medidas para evitar que tragédias desta magnitude se repitam.

A seguir, destacam-se algumas destas propostas, fundamentadas em critérios científicos, em contraposição a análises que, ao atribuírem a culpa à Política Agrícola Comum (PAC) ou à Agenda 2030 sem base técnica, situam-se mais no campo da ideologia do que no da ciência.

Algumas propostas e sua viabilidade

Aponta-se, com frequência, o prolongado período de calor extremo, ventos fortes e baixa umidade (fenômenos associados ao aquecimento global). No entanto, tais fatores não são a causa direta dos incêndios, mas sim elementos que intensificam sua força e ampliam sua capacidade de propagação, uma vez deflagrados.

Assim sendo, os especialistas alertam contra explicações simplistas: não basta reduzir as emissões de gases de efeito estufa para que os incêndios deixem de ocorrer. O problema é mais complexo e está relacionado, sobretudo, à deficiente gestão florestal.

Entre as medidas propostas, destaca-se a utilização de todos os recursos disponíveis (hidroaviões, caminhões-pipa, tratores de esteira, escavadeiras, motosserras, etc.) aliados às novas tecnologias de detecção e monitoramento (como, por exemplo, drones, GPS e sistemas remotos). Ainda assim, o eixo central deve ser a prevenção, ou seja, o controle dos fatores que favorecem a propagação do fogo e que podem ser mitigados pela ação humana e por políticas públicas adequadas.

Uma das prioridades é conter o despovoamento rural. O abandono de vastas áreas, com consequente acúmulo de biomassa, favorece a propagação das chamas. Além do mais, se defende a participação ativa das comunidades locais na gestão dos espaços florestais,



recuperando práticas tradicionais de convivência com o natureza, e incentivando o uso da biomassa como fonte de energia doméstica.

Outra proposta é reativar a pecuária extensiva e o pastoreio, considerados procedimentos eficazes para reduzir a carga de material combustível acumulada nos bosques. Defende-se, ainda, um tratamento mais favorável a tal atividade nos programas de apoio da PAC e a adoção de uma visão integrada que reconheça os espaços agrícolas e florestais como partes de um mesmo ecossistema agroflorestal. Neste sentido, propõe-se a criação de mosaicos, nos quais áreas de vegetação vertical (arborizada) se intercalem com áreas de vegetação horizontal (cultivos agrícolas), dificultando a propagação do fogo.

Além disso, recomendam-se incentivos fiscais à silvicultura, de modo que as florestas deixem de ser vistas só como patrimônio ecológico e passem também a ser valorizadas por seu potencial produtivo e comercial (madeira, resina, entre outros produtos).

Embora sensatas, tais medidas enfrentam diversos entraves: sua implementação é lenta, exigindo mudanças de hábitos e comportamentos, e a revisão de marcos normativos que estão inspirados em lógicas de proteção e conservação.

Não é fácil, por exemplo, repovoar as zonas rurais da chamada “Espanha vazia”, quando o êxodo das populações mais jovens para as áreas urbanas mostra-se, de forma evidente, irreversível – e não somente por razões econômicas que, de fato têm grande peso, mas também por motivos culturais, em um modelo de desenvolvimento fundamentado no uso e consumo de bens e serviços que se concentram nas cidades.

Quanto à população que ainda permanece nas áreas rurais, é evidente que está cada vez mais envelhecida, o que dificulta a sua participação nas tarefas essenciais de gestão e conservação dos espaços florestais.

Ainda, parte dos novos habitantes que se fixam nestas regiões vem de centros urbanos e, por isso, está pouco familiarizada com as práticas tradicionais de manejo e convivência com o ambiente florestal circundante.

Isso não significa, porém, associar a chamada “Espanha vazia” ao abandono e conformar-se com essa realidade, pois o cuidado das florestas pode ser garantido por meio de planos de gestão que independem da participação direta de populações locais.

Tampouco é tarefa simples reorganizar um território rural tão fragmentado como o atual, em que a urbanização ocorreu de maneira caótica e sem qualquer planejamento prévio de ordenamento. Muitas destas áreas já se tornaram territórios perdidos e irrecuperáveis para uma futura reordenação, restando só a preparação de planos de evacuação para situações de emergência.

No que se refere ao incentivo à pecuária extensiva e ao pastoreio – atividades cada vez menos rentáveis e, por isso, em declínio – seria necessário contar com criadores que, hoje, praticamente não existem ou, alternativamente, recorrer a novas tecnologias de controle do gado no campo. Contudo, em muitos territórios, o acesso a tais tecnologias ainda é limitado devido às deficiências da rede elétrica e de telecomunicações.

Já a proposta, bastante conexa, de introduzir novas variedades florestais mais adaptadas às atuais condições de mudança climática exige investimentos em programas de pesquisa, cujos resultados só se tornam concretos no longo prazo.

Entretanto, todas essas iniciativas terão impacto limitado se não forem acompanhadas por planos consistentes de gestão florestal, uma tarefa especialmente desafiadora em um país como a Espanha, em que 70% da superfície florestal pertence a proprietários privados. Isto



exige modelos de governança público-privada, ainda pouco difundidos, devido à constante desconfiança mútua entre a administração pública e o setor privado.

Acrescenta-se ainda, como notam os especialistas, a necessidade de corrigir as evidentes falhas de coordenação entre o Governo Nacional, as Comunidades Autônomas e as várias representações locais – como *Ayuntamientos*, *Diputaciones Provinciales*, *Cabildos* e *Consejos Insulares*, *Comarcas*, entre outros – um desafio difícil de superar em um cenário tão polarizado e marcado pela escassa cooperação política multinível que caracteriza o país neste momento.

Neste contexto, em que muitas das propostas apresentadas, embora necessárias, apenas produzem efeitos no médio e longo prazo, é preciso reconhecer a realidade: os incêndios florestais voltarão no próximo verão e terão a mesma virulência registrada agora, se não forem enfrentados com medidas imediatas e urgentes.

A profissionalização dos serviços de prevenção e combate

Uma dessas medidas, a meu ver, a mais urgente, refere-se à necessária profissionalização do setor responsável pela prevenção e pelo combate aos incêndios.

Atualmente, como denunciam os sindicatos, o setor de bombeiros florestais trabalha em condições muito precárias, não apenas no que se refere à temporariedade dos contratos (em geral de maio a setembro), mas também quanto à baixa remuneração recebida pelos trabalhadores e ao limitado nível de qualificação exigido (inferior às rigorosas exigências impostas aos bombeiros urbanos).

A situação varia muito entre as Comunidades Autônomas, já que as competências nesta temática estão descentralizadas. Em alguns casos, os trabalhadores são registrados nas empresas públicas da própria Comunidade (como na *Andalucía*, em que, desde 2023, os profissionais do plano de *Servicio de Extinción de Incendios Forestales de Andalucía* – INFOCA – passaram a integrar a Empresa de Emergências da *Andalucía*). Em outros, são contratados por empresas públicas da administração central (por exemplo, TRAGSA), ou ainda prestam o serviço de forma terceirizada por meio de empresas privadas.

A conhecida expressão de que “os incêndios florestais se apagam no inverno” – ainda que seja no verão que muitos deles sejam controlados, graças à eficiência dos serviços de detecção – adquire pleno sentido quando há um corpo profissionalizado de bombeiros florestais. Contratados ao longo de todo o ano, tais profissionais estariam preparados não somente para o combate direto às chamas, mas igualmente para desempenhar tarefas preventivas, como limpeza, desbaste, corte de árvores, construção de aceiros e detecção precoce, ações fundamentais para evitar incêndios ou, ao menos, reduzir seus impactos.

Neste cenário, é igualmente fundamental a coordenação entre o corpo de bombeiros florestais e os “agentes do meio ambiente” (ou análogos), que em muitas Comunidades Autônomas desempenham funções de vigilância nas áreas rurais, garantindo assim, a preservação dos espaços naturais.

Também é essencial a integração com o *Servicio de Protección de la Naturaleza* (SEPRONA) da Guarda Civil, e com os serviços de proteção civil dos *ayuntamientos* e *diputaciones*, em um esforço conjunto para enfrentar um dos maiores desafios ambientais do nosso tempo.



Reflexões finais

O desafio que os incêndios florestais colocam aos espanhóis é de magnitude formidável, além de complexo e oneroso. No entanto, deve ser enfrentado como uma política de Estado, entendendo-se por Estado não apenas a administração central, mas também as Comunidades Autônomas e as representações locais.

Diante disso, faz sentido propor *pactos* de Estado, não sobre questões genéricas, que soam bem, porém são difíceis de levar à prática, e sim sobre temas concretos, prontamente identificáveis e capazes de gerar consenso social e político.

Um dos pactos seria pela “gestão sustentável das florestas”, cuja carência é reconhecida por todos como uma das principais causas da expansão e da elevada virulência dos incêndios florestais.

Trata-se de um tema bem delimitado, cujo diagnóstico convergem muitas das propostas dos especialistas, além de ser uma demanda antiga das associações de silvicultores (veja, neste sentido, a [Carta de Valladolid de 2022](#)) e de grande parte das associações agrárias e ambientalistas. Por isso, não seria difícil encontrar pontos de consenso.

Tal pacto deveria abranger não apenas o aproveitamento e a conservação das florestas (considerando critérios tanto econômicos quanto ecológicos), mas também tudo o que se refere às atividades de prevenção e combate aos incêndios florestais, incluindo também a necessidade de contar com profissionais qualificados, bem remunerados e em condições de estabilidade laboral.

É um pacto que implica, sem dúvida, custos econômicos significativos, mas cujo preço é menor do que enfrentar, a cada verão, ondas de incêndios florestais sem as ferramentas adequadas de gestão.

¹Este artigo foi originalmente publicado, em espanhol, na [Plataforma Tierra](#). Tradução de Filipe Prado Macedo da Silva (Líder do “[Conexão Bruxelas | Grupo de Estudo sobre Europa e União Europeia](#)”).

*Sociólogo e Doutor em Agronomia. Professor de Investigação (Catedrático) Aposentado do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (Espanha).